

acordo coletivo de trabalho

professores sesi

2003

válido para professores do SESI das cidades de :

- São Paulo
- Santo André
- S. Bernardo do Campo
- S. Caetano do Sul
- Guarulhos
- Osasco
- Santos e região
- Jundiaí
- S. José do R. Preto

sinpro
fepesp
sesi-sp

1. abrangência

O presente Acordo Coletivo de Trabalho abrange o Serviço Social da Indústria-Departamento Regional de São Paulo – **SESI-SP** e a categoria profissional representada pelo Sindicato dos Professores e Federação dos Professores do Estado de São Paulo - **FEPESP**, designados doravante de SESI-SP e PROFESSORES.

2. vigência

Este Acordo Coletivo terá vigência de 1º de março de 2003 a 29 de fevereiro de 2004.

Parágrafo único – No período de vigência deste Acordo algumas cláusulas poderão ser revistas pelas partes, desde que essa iniciativa se justifique exclusivamente por mudanças na legislação pedagógica federal ou estadual que atinjam coletivamente a estrutura educacional das unidades de ensino e que estejam diretamente relacionadas ao conteúdo das cláusulas.

3. reajuste salarial

Fica assegurado aos PROFESSORES, a partir de 1º de março de 2003, o reajuste salarial correspondente a 7% (sete por cento), sobre os salários de fevereiro de 2003.

Parágrafo primeiro – Fica também assegurado, a partir de 1º de outubro de 2003, um segundo reajuste salarial de 5% (cinco por cento), sobre os salários de fevereiro de 2003, totalizando o percentual de 12% (doze por cento), sobre os salários de fevereiro de 2003.

Parágrafo segundo – Fica estabelecido que os salários de outubro de 2003, reajustados de acordo com o disposto nesta cláusula, servirão como base de cálculo para a data base de 1º de março de 2004.

Parágrafo terceiro – As diferenças salariais de março, abril e maio de 2003, correspondentes à aplicação do reajuste de 7% previsto nesta cláusula, deverão ser pagas em folha complementar, até XX de junho de 2003.

4. professores admitidos em substituição

Ao PROFESSOR admitido em substituição a outro desligado, por qualquer que tenha sido o motivo, será sempre garantido salário inicial igual ao menor salário na função no Sesi-SP, sem serem consideradas eventuais vantagens pessoais.

5. adicional de hora-atividade

Fica mantido o adicional de hora-atividade, para remuneração do trabalho do PROFESSOR no desenvolvimento de tarefas básicas necessárias ao ato de ministrar aulas, tais como preparação de aulas, realização e correção de avaliações etc., em local de escolha do PROFESSOR, que será de 10% (dez por cento) de março a dezembro de 2003, passando a 14% (quatorze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2004.

Parágrafo único - O adicional referido no *caput* deverá ser consignado distintamente no comprovante de pagamento.

6. adicional noturno

A remuneração do trabalho noturno após as 22 (vinte e duas) horas previsto no inciso IV, artigo 7º da Constituição Federal e artigo 73 da CLT, será acrescida de 25% (vinte e cinco por cento), incidentes sobre o valor da hora-aula trabalhada.

7. adicional por atividade em outro município

Fica assegurado ao PROFESSOR que exercer suas atividades em diferentes municípios a serviço do Sesi-SP, o pagamento de adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor de seu salário, no que se refere às atividades fora do município onde ocorreu a prestação contratual normal. Deixando de prestar serviços fora do município de origem, cessará a obrigação do pagamento do adicional.

Parágrafo primeiro - Como exceção ao disposto no *caput*, fica o Sesi-SP desobrigado do pagamento do adicional previsto, somente quando o exercício da atividade docente em diferentes municípios se der por iniciativa expressa e fundamentada do PROFESSOR ou quando ocorrer em caráter temporário.

Parágrafo segundo - Fica facultado ao PROFESSOR manifestar, por escrito, à Entidade Sindical, oposição ao trabalho concomitante em outro município, no prazo de 48 (quarenta e oito horas).

Parágrafo terceiro - Formulada a oposição, obriga-se a Entidade Sindical, no prazo de 24 (vinte e quatro horas), a comunicar a ocorrência ao Sesi-SP que, imediatamente, deverá anular o procedimento administrativo de designação do PROFESSOR para trabalho concomitante em outro município.

8. contrato por prazo determinado

O Sesi-SP obriga-se a não contratar PROFESSORES da Diretoria de Educação Básica - DEB através de

contrato por prazo determinado, exceção feita:

- a) ao contrato de experiência e ao contrato de substituição a um PROFESSOR afastado temporariamente;
- b) nos casos de desligamento de PROFESSOR de Área Econômica Secundária e/ou Educação Artística para conseqüente alteração de matriz curricular para o próximo ano letivo.

Parágrafo primeiro - Para a Diretoria de Esportes e Lazer - DEL - do SESI-SP, além dos casos previstos no *caput*, fica excepcionalmente autorizada a contratação por prazo determinado de PROFESSORES, para o **Projeto Inverno Quente**, a partir de junho de 2003 e para o **Projeto Verão**, a partir de novembro de 2003. Tais contratos, que deverão ser apresentados à Comissão de Acompanhamento prevista na cláusula 54 do presente Acordo Coletivo, passarão a vigor por prazo indeterminado se não rescindidos na data prevista para o seu término.

Parágrafo segundo - Todo PROFESSOR readmitido até 12 (doze) meses após a demissão fica desobrigado de firmar contrato de experiência.

9. prazo para pagamento de salário

A remuneração mensal será paga até o último dia do mês a que se refere e o adiantamento salarial, no valor de 30% (trinta por cento) do salário, será pago no dia 15 (quinze).

Parágrafo primeiro - O pagamento da remuneração mensal e o do adiantamento salarial será antecipado para o primeiro dia útil anterior se o convencionado acima cair em feriado nacional, sábado ou domingo.

Parágrafo segundo - O não-pagamento da remuneração mensal no prazo acima acarretará multa diária em favor do PROFESSOR de 1/30 (um trinta avos) de seu salário mensal.

10. composição da remuneração mensal

Na composição da remuneração mensal do PROFESSOR aulista deverá ser considerada a seguinte equação: carga horária semanal multiplicada pelo salário hora-aula e multiplicada, ainda, por 4,5 semanas (artigo 320 § 1º da CLT), somada a 1/6, do total obtido, de Descanso Semanal Remunerado (DSR) e somado, ainda, ao adicional de hora-atividade, conforme o que estabelece a cláusula 5 do presente Acordo, este último aplicado sobre a soma das parcelas anteriores.

Parágrafo único - O DSR referido no *caput* deverá ser consignado em separado no comprovante de pagamento.

11. comprovante de pagamento

O SESI-SP deve fornecer, mensalmente, comprovante de pagamento da remuneração mensal a seus PROFESSORES, contendo a sua identificação, valor do salário hora-aula, total do salário mensal, adicional de hora-atividade, horas extras, descanso semanal remunerado (DSR), eventuais outros adicionais, descontos e valor do recolhimento do FGTS e, se possível, a identificação da unidade em que presta serviço.

12. carteira de trabalho

O SESI-SP se obriga a promover em 48 (quarenta e oito) horas as respectivas anotações nas Carteiras de Trabalho na admissão de seus PROFESSORES e em até 30 (trinta) dias nas demais.

13. supressão de disciplina, classe ou turma

Ocorrendo supressão de disciplina, em virtude de alteração prevista ou autorizada pela legislação vigente na estrutura do currículo escolar, o PROFESSOR responsável pela mesma terá prioridade para preenchimento de vaga em outra disciplina, desde que devidamente habilitado, sendo a forma de provimento estabelecida de comum acordo entre as partes.

14. novas vagas

Abertos novos cursos, classes ou turmas, os PROFESSORES já contratados terão prioridade no provimento dessas vagas, segundo os critérios internos de movimentação.

15. janelas

Será efetuado o pagamento de *janelas* no horário de aulas, permanecendo o PROFESSOR, durante as mesmas, à disposição do SESI-SP para o desenvolvimento de atividades atinentes ao magistério.

16. irredutibilidade salarial

Será observado com relação ao salário dos PROFESSORES o princípio da irredutibilidade salarial da remuneração e da carga horária, nos termos da Constituição Federal.

Parágrafo primeiro - Com exceção ao disposto no *caput*, somente será permitida a redução de carga horária quando esta se der por iniciativa expressa e fundamentada do PROFESSOR, ou ainda, quando este solicitar transferência para unidade e/ou município que não apresente disponibilidade de manutenção da carga horária original.

a) Fica facultado ao PROFESSOR manifestar oposição à redução mencionada neste parágrafo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, que deverá ser formulada por escrito à Entidade Sindical signatária.

b) Formulada a oposição, obriga-se a Entidade Sindical, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a comunicar a ocorrência ao SESI-SP que, imediatamente, deverá anular o procedimento administrativo de redução e/ou transferência.

Parágrafo segundo - Com exceção do disposto no *caput*, será discutida na reunião da Comissão de Acompanhamento prevista na cláusula 54, a redução de carga horária do Professor em decorrência de:

a) supressão de turmas decorrentes da redução no número de alunos de uma para outra série, ou desativação gradativa da unidade escolar;

b) supressão de disciplina decorrente de alteração legal na grade curricular, ou efetuada pelo SESI-SP, ou diminuição no número de aulas da disciplina em decorrência da mudança de série.

Parágrafo terceiro - A redução prevista no parágrafo segundo com as devidas justificativas será comunicada ao Professor até o final do ano letivo.

17. condições de trabalho

O SESI-SP continuará a priorizar a qualidade de ensino e a proteção ao trabalho e à saúde dos PROFESSORES, de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo único - O Calendário Escolar de 2004 para os professores da DEB será divulgado até o final do ano letivo de 2003.

18. atividade docente

Considera-se *atividade docente* a função de ministrar aulas em qualquer série, nível, grau ou curso, com as atividades pedagógicas inerentes, tais como: planejamento, reuniões, preparação de aulas e material didático, correção de avaliações, aulas práticas na unidade escolar ou externamente aplicadas, visitas educacionais, atividades extracurriculares associadas ao ensino etc.

Parágrafo único – Fica expressamente vedado exigir-se dos PROFESSORES atuação em atividades consideradas não-inerentes à função de ministrar aulas, principalmente relacionadas a serviços de secretaria escolar e de inspeção de alunos fora da sala de aula. Exclui-se da proibição deste parágrafo a organização de eventos esportivos e de lazer, assim como a assessoria às empresas em esporte e lazer, pelos PROFESSORES da DEL.

19. jornada do professor mensalista

Os PROFESSORES mensalistas que ministrarem aulas em cursos de Educação Infantil, ou nos quatro primeiros anos de escolaridade do Ensino Fundamental terão jornada base mínima de 20 (vinte) horas semanais por turno, excetuados os contratos que contenham outra previsão de jornada.

20. hora-aula

Para efeito de pagamento, considera-se aula o trabalho letivo com duração máxima de 50 (cinquenta) minutos no período diurno e 40 (quarenta) minutos no período noturno.

Parágrafo único - Para a Diretoria de Esportes e Lazer - DEL, a duração da hora-aula será de 60 (sessenta) minutos.

21. jornada extraordinária

Fica autorizada, por meio deste Acordo Coletivo, a prorrogação da jornada de trabalho, quando necessária, observados os limites legais.

Parágrafo primeiro - Todas as atividades ocorridas fora do horário contratual serão consideradas horas extras, independentemente do fato de constarem ou não do calendário escolar.

Parágrafo segundo - A carga horária extraordinária dos PROFESSORES será remunerada com o adicional de 70% (setenta por cento).

Parágrafo terceiro - Será obedecido o mesmo critério estabelecido no parágrafo 2º desta cláusula para as horas extraordinárias que serão utilizadas na compensação em outro dia.

Parágrafo quarto - Não será aplicado o critério estabelecido no parágrafo 3º desta cláusula às horas trabalhadas para a compensação de dias normais de trabalho que não terão expediente, desde que previstos no Calendário Escolar.

Parágrafo quinto - Como exceção ao disposto no parágrafo 1º, não serão consideradas horas extras:

a) as atividades não-inerentes ao trabalho docente, de duração temporária e determinada, desde que haja concordância expressa do PROFESSOR que aceitar realizá-las, formalizada através de documento firmado com o SESI-SP.

b) as atividades docentes que forem adicionadas provisoriamente à carga horária habitual, decorrentes da substituição temporária de um outro PROFESSOR, com duração predeterminada.

Nesses casos, a substituição deverá ser formalizada através de documento firmado entre o SESI-SP e o PROFESSOR que aceitar realizá-las e as horas-aula adicionais serão pagas apenas como aulas

normais, acrescidas do DSR e da hora-atividade.

Parágrafo sexto - É vedado exigir do PROFESSOR a regência de aulas, trabalhos, exames ou qualquer atividade aos domingos e feriados nacionais ou religiosos, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo sétimo - As marcações de ponto que comprovam a presença do PROFESSOR tanto na jornada normal de trabalho quanto na extraordinária serão efetivadas em um único documento mensal, do qual o PROFESSOR terá ciência.

22. férias

As férias dos PROFESSORES da Diretoria de Educação Básica – DEB serão coletivas e gozadas no período de 29 de dezembro de 2003 a 27 de janeiro de 2004.

Parágrafo primeiro - As férias dos PROFESSORES da Diretoria de Esportes e Lazer - DEL serão usufruídas de acordo com o calendário estabelecido pelos Centros de Lazer e Esportes do SESI-SP e não poderão coincidir com o recesso previsto, para esses PROFESSORES, na cláusula 23.

Parágrafo segundo - O SESI-SP está obrigado a pagar aos PROFESSORES o salário de férias e o abono constitucional de 1/3 (um terço) do salário até 2 (dois) dias úteis antes do início de seu gozo (art. 145 da CLT e inciso XVII – art. 7º da Constituição Federal).

Parágrafo terceiro - Havendo coincidência entre as férias coletivas e o período de afastamento legal da gestante, as férias serão concedidas em seqüência ao término da licença maternidade.

23. recesso escolar

Durante o recesso escolar, a ser cumprido nos períodos de 09 e 29 de julho de 2003 e de 20 a 28 de dezembro de 2003, os PROFESSORES da Diretoria de Educação Básica – DEB não serão convocados para trabalho.

Parágrafo único - O recesso dos PROFESSORES da Diretoria de Esporte e Lazer - DEL será de 17 a 31 de dezembro de 2003, período em que não poderão ser convocados para o trabalho.

24. garantia de emprego à gestante

A gestante, após o término da licença a que faz jus, gozará de estabilidade provisória de 90 (noventa) dias.

25. garantia de emprego ao professor acidentado

É garantido o emprego, pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da alta médica, ao PROFESSOR que sofreu acidente de trabalho que motivou seu afastamento da atividade profissional por período superior a quinze dias.

26. garantia ao professor em vias de aposentadoria

Fica assegurado ao PROFESSOR que comprovadamente estiver a um máximo de 24 (vinte e quatro) meses ou menos da aquisição do direito à aposentadoria integral por tempo de serviço ou idade, e que conte com um mínimo de 3 (três) anos de trabalho no SESI-SP, a garantia de emprego durante o período que faltar até a referida aquisição do direito. Obtido o direito a uma das aposentadorias citadas, cessa a estabilidade.

Parágrafo primeiro - Deverá o PROFESSOR comunicar ao SESI-SP, por escrito e mediante protocolo, com

a contagem do tempo de serviço expedida pelo INSS ou credenciados do INSS com os documentos comprobatórios ou apenas apresentando os documentos comprobatórios, que está amparado pela garantia constante desta cláusula, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data da comunicação da dispensa, sob pena de decadência deste direito.

Parágrafo segundo – Após a análise do comunicado do PROFESSOR e sendo ele portador da estabilidade prevista na cláusula, o Sesi-SP tomará as medidas necessárias para cancelar a dispensa ou, se não for possível, readmitir o PROFESSOR, mantendo-se, nesse caso, a remuneração e as demais vantagens que vinham sendo percebidas por ele antes da rescisão, com exceção dos benefícios previstos nas cláusulas 41 e 42, caso quitadas na rescisão.

27. garantia ao professor empregado transferido de município

Fica assegurada ao PROFESSOR transferido de município a garantia de emprego pelo período de 6 (seis) meses, contados da data da efetiva transferência.

Parágrafo único - Como exceção ao disposto no *caput*, fica o Sesi-SP desobrigado de assegurar a estabilidade prevista, somente quando a transferência de município se der por iniciativa expressa e fundamentada do PROFESSOR, observados os parágrafos 2º e 3º da cláusula 7 (sete) do presente Acordo Coletivo.

28. abono de faltas

Fica estabelecido que o Sesi-SP se obriga a remunerar o dia, sem repercussão nas férias, nos seguintes casos de ausência do PROFESSOR:

- a)** motivada pela obtenção de documento legal, mediante comprovação e observado o limite de duas por ano;
- b)** para prestar exames vestibulares e exames escolares de qualificação em cursos superiores, desde que comunicadas com antecedência de quarenta e oito horas e comprovadas posteriormente;
- c)** para acompanhamento ao médico de filho menor, com idade de até quinze anos, mediante comprovação e observado o limite de uma por ano;
- d)** por motivo de doença, mediante atestado fornecido por médico ou cirurgião dentista credenciado pela Entidade Sindical, ou pelo Sesi-SP, ou pelos órgãos previdenciários, ou pelo convênio do cônjuge ou por órgãos públicos de saúde.

29. gala ou luto

Não serão descontadas, no decurso de 9 (nove) dias corridos, as faltas do PROFESSOR decorrentes de gala ou luto, este em decorrência de falecimento de pai, mãe, filho(a), cônjuge, companheiro (a) assim juridicamente reconhecido (a) ou dependente.

30. licença paternidade

A licença paternidade do PROFESSOR será de 6 (seis) dias, a contar da data de nascimento do filho.

31. licença particular

A cada 5 (cinco) anos de efetivo e ininterrupto exercício profissional junto ao Sesi-SP, ressalvadas as interrupções previstas em lei e nas sentenças normativas, o PROFESSOR terá direito a uma licença não-

remunerada para tratar de interesses particulares, com duração máxima de 1 (um) ano letivo, podendo ser prorrogada por iniciativa do PROFESSOR e a critério do SESI-SP. O período de licença não será computado para contagem de tempo de serviço ou qualquer efeito.

Parágrafo primeiro - A licença de que trata o *caput* deverá ser solicitada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do início do ano letivo, mantidas, contudo, inalteradas as vantagens contratuais durante esses 60 (sessenta) dias.

A intenção de retorno do PROFESSOR à atividade deverá ser comunicada ao SESI-SP, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do final da licença.

Parágrafo segundo - Se a licença tiver seu termo final durante o ano ou semestre letivo, será prorrogada, a critério do SESI-SP, até o reinício do novo período letivo.

32. licença à professora adotante

Nos termos da lei 10.421, de 15 de abril de 2002, será assegurada licença maternidade à PROFESSORA que vier a adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, sendo garantido o emprego no período em que a licença for concedida.

33. garantia aos filhos dos professores

Na vigência do presente Acordo, não serão cobradas do PROFESSOR as mensalidades dos filhos, inclusive o adotado e o dependente que esteja sob a guarda judicial do PROFESSOR, que vivam sob sua dependência econômica, devidamente comprovada.

Parágrafo único - Este benefício não possui caráter remuneratório e nem se vincula, para nenhum efeito, ao salário ou remuneração percebida pelo PROFESSOR.

34. assistência médica

Será assegurada assistência médica, prestada por meio de convênios, aos PROFESSORES e dependentes legais assim definidos em normas próprias, assumindo o SESI-SP a maior parcela das despesas decorrentes desses convênios, sendo claro que, pelo conteúdo do texto do Comunicado SESI DR CO 01/99, firmado em 16 de março de 1999 com a Entidade Sindical signatária e sua respectiva abrangência, a íntegra de tal Comunicado passe a fazer parte integral do presente Acordo Coletivo.

35. creche

Será concedido reembolso creche às PROFESSORAS que tenham filhos recém nascidos, até o valor de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo, por mês, pelo período de 6 (seis) meses, a partir do término da licença maternidade.

36. uniforme

O SESI-SP, se exigir o uso de uniformes, deverá fornecê-los gratuitamente aos PROFESSORES.

37. vale-transporte

Será concedido vale-transporte aos PROFESSORES, na forma da lei.

Parágrafo único - No caso da não-concessão do vale-transporte como estabelecido no *caput*, fica facultado o seu pagamento em dinheiro, sendo que o SESI-SP custeará as despesas com transporte de SEUS PROFESSORES no equivalente à parcela que exceder a 5,5% (cinco e meio por cento) de seus salários

projetados para período integral.

38. local para refeições

Obriga-se o SESI-SP a manter nas dependências de cada uma de suas unidades local apropriado para refeições.

39. carta-aviso

Obriga-se o SESI-SP, quando ocorrer dispensa do PROFESSOR, à entrega de carta-aviso que, em se tratando de demissão por justa causa, deverá conter o dispositivo legal e o motivo que deu origem ao fato, sob pena de, não o fazendo, presumir-se descaracterizada a motivação.

40. atestado de afastamento e salários

Obriga-se o SESI-SP a fornecer atestados de afastamento e salários ao PROFESSOR demitido, por ocasião da rescisão contratual.

41. aviso prévio para professores com mais de 50 anos de idade

O PROFESSOR demitido sem justa causa que tenha, no mínimo, 50 (cinquenta) anos de idade, terá direito a um aviso prévio adicional de 15 (quinze) dias, além dos 30 (trinta) dias previstos em lei e da indenização proporcional de que trata a cláusula 42 do presente Acordo Coletivo.

Parágrafo primeiro - Para ter direito a este aviso prévio adicional de 15 (quinze) dias, o PROFESSOR deverá ter, na data da demissão, pelo menos um ano de serviço no SESI-SP.

Parágrafo segundo - O aviso prévio adicional de 15 (quinze) dias será indenizado e não contará como tempo de serviço.

42. indenização proporcional ao tempo de serviço

O PROFESSOR demitido sem justa causa terá direito a uma indenização de três dias para cada ano completo trabalhado no SESI-SP, além do aviso prévio legal.

Parágrafo único - Essa indenização não contará como tempo de serviço.

43. indenização adicional

Fica estabelecido ao PROFESSOR que for dispensado no período de 30 (trinta) dias que antecedem a data base, o pagamento de indenização adicional equivalente a um salário nominal, além do aviso prévio e demais vantagens e garantias constantes do presente Acordo Coletivo.

44. garantia semestral de salários

Devido às condições peculiares de mercado de trabalho, o SESI-SP assegurará ao PROFESSOR da Diretoria de Educação Básica - DEB - demitido sem justa causa :

a) no primeiro semestre civil, os salários integrais até 30 de junho.

b) no segundo semestre civil, a partir de 09 de julho de 2003, os salários integrais até 31 de dezembro, ressalvado o § 4º.

Parágrafo primeiro - O PROFESSOR que tiver menos de um ano de casa na data da dispensa não terá direito à Garantia Semestral de Salários.

Parágrafo segundo - As demissões ocorridas no final do primeiro semestre letivo terão data máxima de

desligamento até o dia **08** de julho. Os dias de aviso prévio que forem indenizados não contarão como tempo de serviço para efeito do pagamento da Garantia Semestral de Salários.

Parágrafo terceiro - As demissões ocorridas no mês de dezembro de 2003 terão data máxima de desligamento até o dia 19. Os dias de aviso prévio que forem indenizados não contarão como tempo de serviço para efeito do pagamento da Garantia Semestral de Salários.

Parágrafo quarto - Quando as demissões ocorrerem a partir de 16 de outubro, o Sesi-SP pagará valor correspondente aos salários devidos até o reinício das aulas do ano seguinte, independente do tempo de serviço do PROFESSOR no Sesi-SP, exceto para aqueles que estejam em contrato por prazo determinado, conforme cláusula 8 (oito) do presente Acordo Coletivo.

45. homologação

Quando o Sesi-SP promover a dispensa ou receber pedido de demissão de PROFESSOR com mais de 1 (um) ano de contrato de trabalho, obriga-se a homologar, sem ônus, na sede das Entidades Sindicais signatárias que possuam no município setor próprio de homologação.

Parágrafo primeiro - Não havendo setor de homologação na Entidade Sindical da região, esta deverá ser feita na Delegacia Regional do Trabalho respectiva.

Parágrafo segundo - Não ocorrendo a citada homologação, por responsabilidade do Sesi-SP, este arcará com a multa de um salário vigente à época, a favor do PROFESSOR.

46. assembleias sindicais

Todo PROFESSOR terá direito a abono de faltas para o comparecimento às assembleias da categoria.

Parágrafo primeiro - Na vigência deste Acordo Coletivo, os abonos estão limitados a dois sábados e mais dois dias úteis. As duas assembleias realizadas durante os dias úteis deverão ocorrer em períodos distintos.

Parágrafo segundo - A Entidade Sindical deverá informar ao Sesi-SP, por escrito, com antecedência mínima de quinze dias corridos. Na comunicação, deverão constar a data e o horário da assembleia.

Parágrafo terceiro - A Comissão de Acompanhamento, prevista no presente Acordo Coletivo, estabelecerá regras que disciplinem a eventual compensação do(s) dia(s) letivo(s) no caso de não cumprimento dos 200 dias letivos, conforme o que define a Lei de Diretrizes e Bases - LDB - da Educação.

Parágrafo quarto - Os dirigentes sindicais terão abono de faltas para comparecimento às assembleias de sua categoria profissional, sem o limite previsto no parágrafo primeiro. A Entidade Sindical deverá comunicar tal fato antecipadamente ao Sesi-SP.

Parágrafo quinto - O Sesi-SP poderá exigir dos PROFESSORES e dos dirigentes sindicais atestado emitido pela Entidade Sindical que comprove o seu comparecimento à assembleia.

47. congressos, simpósios e equivalentes

Serão abonadas as faltas dos PROFESSORES, observando-se o limite de um dia por semestre, para a participação em congressos, simpósios ou equivalentes, ligados ao exercício do magistério, promovidos pelas Entidades Sindicais signatárias.

Parágrafo primeiro - A Entidade Sindical deverá comunicar ao Sesi-SP, por escrito, a realização do evento, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

Parágrafo segundo - O abono referido no *caput* se dará mediante a apresentação de atestado de comparecimento fornecido pela Entidade Sindical promotora do evento.

Parágrafo terceiro - A Comissão de Acompanhamento, prevista no presente Acordo Coletivo, estabelecerá regras que disciplinem a eventual compensação do(s) dia(s) letivo(s) no caso de não cumprimento dos 200 dias letivos, conforme o que define a Lei de Diretrizes e Bases - LDB - da Educação.

48. mensalidade associativa

O SESI-SP se obriga a repassar à Entidade Sindical representante da categoria profissional, no prazo de 10 (dez) dias após o pagamento mensal, os valores correspondentes ao desconto das mensalidades associativas.

Parágrafo primeiro - Obriga-se a Entidade Sindical a enviar ao SESI-SP, em tempo hábil, as respectivas autorizações para desconto em folha de pagamento.

49. abono de faltas de dirigentes sindicais

Fica estabelecido o abono de faltas dos diretores efetivos e suplentes das Entidades Sindicais signatárias para que os mesmos possam prestar serviços à Entidade Sindical, desde que as ausências sejam comunicadas com 5 (cinco) dias de antecedência.

50. eleições da cipa

Fica assegurado às Entidades Sindicais signatárias o acompanhamento do processo eleitoral e a respectiva apuração da eleição dos membros da CIPA.

51. mandato sindical

Fica estabelecido o cômputo como efetivo tempo de serviço, sem remuneração no período de afastamento, de até 3 (três) empregados eleitos para o desempenho de mandato sindical, mediante comunicação por escrito da Entidade Sindical signatária.

52. representante sindical

Fica assegurada a eleição de 17 (dezesete) PROFESSORES, com direito à garantia de emprego ou de salário, a partir da inscrição de seu nome como candidato até o final do mês de junho de 2004, que representarão as duas Federações de Professores no Estado de São Paulo.

Parágrafo único - Obrigam-se essas Federações a apresentarem, na primeira reunião da Comissão de Acompanhamento, definida no presente Acordo Coletivo, o número de representantes sindicais por Sindicato ou região do Estado, assim como as normas de eleição dos mesmos.

53. quadro de avisos e atividade sindical

O SESI-SP colocará, em cada uma de suas unidades, à disposição da Entidade Sindical, quadro de avisos para a fixação de comunicados de interesse da categoria, que não tratarão de questões político-partidárias e de cunho religioso.

Parágrafo único - O SESI-SP permitirá acesso de diretor sindical no horário de intervalo dos PROFESSORES.

54. comissão de acompanhamento

Fica mantida a Comissão de Acompanhamento, formada paritariamente por 3 (três) representantes do Sesi-SP e das Federações representativas das Entidades Sindicais que representam os PROFESSORES no Estado de São Paulo, com o objetivo de :

- a) fiscalizar o cumprimento das cláusulas vigentes;
- b) propor alternativas de entendimento para eventuais divergências de interpretação das cláusulas deste Acordo e definir as regras de compensações de dias letivos, conforme estabelecido em cláusulas do presente Acordo Coletivo;
- c) discutir questões não-contempladas na Norma Coletiva, inclusive estudos sobre condições de trabalho para os PROFESSORES do Sesi-SP.

Parágrafo primeiro - Competirá às respectivas diretorias das partes acordantes a indicação formal dos membros dessa Comissão, até 15 (quinze) dias da assinatura do presente Acordo Coletivo.

Parágrafo segundo - A primeira reunião ordinária da Comissão supra-referida, que definirá o calendário anual de reuniões, realizar-se-á na segunda terça-feira do mês subsequente ao da assinatura do presente Acordo Coletivo de Trabalho, às 15 horas, na sede do Sesi-SP, Av. Paulista, 1313.

55. legalidade das entidades sindicais signatárias

Fica estabelecida a legalidade das Entidades Sindicais signatárias para promover, perante a Justiça do Trabalho e o Foro geral, ações plúrimas em nome dos PROFESSORES, em nome próprio, ou ainda, como parte interessada, em caso de descumprimento de qualquer cláusula avençada neste Acordo.

56. multa por obrigação de fazer

O não-cumprimento das obrigações de fazer constantes deste Acordo sujeitará a parte infratora a uma multa, por infração a cada cláusula, equivalente a R\$ 50,00 (cinquenta reais), revertendo em favor da parte prejudicada, acrescida de juros.

57. contribuição assistencial

Obriga-se o Sesi-SP a promover o desconto, no exercício de 2003, na folha de pagamento dos seus PROFESSORES, sindicalizados e/ou filiados ou não, para recolhimento em favor da Entidade Sindical legalmente representativa da categoria dos PROFESSORES, na base territorial conferida pela respectiva carta sindical ou pelo inciso I, artigo 8º, da Constituição Federal, em conta especial, da importância correspondente ao percentual estabelecido na Assembléia Geral da categoria, recolhimento a ser feito, obrigatoriamente, pelo próprio Sesi-SP, em guias próprias, acompanhadas das correspondentes relações nominais e valores devidos, importâncias essas destinadas à criação, manutenção e ampliação dos serviços assistenciais da Entidade Sindical, na conformidade da referida ata da Assembléia Geral, respeitado o disposto no P.N. nº 74 do TST e na ementa do STF prolatada nos autos do recurso extraordinário nº 220.7000-1 – RS, em 16 de outubro de 1998 e publicada no DJ de 13 de novembro de 1998 e do Acórdão do STF, de 07/11/2000, assim ementado: "A contribuição prevista em convenção coletiva, fruto do disposto no artigo 513, alínea "e", da Consolidação das Leis do Trabalho, é devida por todos os integrantes da categoria profissional, não se confundindo com aquela versada na primeira parte do inciso IV do artigo 8º da Carta da República."

Parágrafo único – A Entidade Sindical encaminhará, em tempo hábil ao Sesi-SP, comunicado informando os respectivos valores e a época do desconto e do recolhimento, após a assinatura do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

act 2003

sinpro
fepesp
sesi-sp

São Paulo, 27 de maio de 2003